

# INCLUSÃO NO ESPAÇO ESCOLAR ABORDADO POR CULTURAS INSTITUCIONAIS E PRÁTICA PEDAGÓGICA

Michelle Gama Santana\*  
Florize Lima Souza\*\*  
Ricardo Adriano Sobral de Carvalho\*\*\*

Eixo Temático: GT3 - Gestão Socioeducacional

## RESUMO

Inclusão social é um termo abrangente, e por vezes de difícil debate, utilizado em contextos variados pertinentes a questões sociais, econômicas, físicas, e outros. Tanto a inclusão quanto a exclusão pode ser vista em diversos ambientes, culturas, depende do modo que se vê o outro e do conhecimento que temos sobre a diferença do outro. Vivemos, hoje, sob um paradoxo referente ao tema inclusão social, onde a concepção de escola para todos, com o objetivo de democratizar o acesso à educação básica, resgatando o conceito de cidadania como eixo norteador das práticas educativas e sociais, passa à realidade de uma escola para poucos. Diante dos aportes aqui apresentados, vimos que a real necessidade existente está no tocante à aceitação e ao despreparo profissional para lidar com essas especialidades de pessoas. Espera-se através desse trabalho que outros possam surgir contribuindo com o engrandecimento da educação.

PALAVRAS-CHAVES: inclusão, culturas institucionais, ações pedagógicas.

---

\*Graduada em Educação Física 2008 - Universidade Tiradentes - UNIT e Coordenadora de Núcleo de Esporte Educacional contratada pela Secretária de Estado da Administração - Sergipe, 2010. *E-mail:* [mi\\_aju@r7.com](mailto:mi_aju@r7.com)

\*\*Especialista em Fisiologia do Exercício e Avaliação Morfo-Funcional, 2002 – Universidade Gama Filho, RJ e professora de Didática e Educação Física Escolar II – Faculdade de Sergipe (FaSe); de Estágio Supervisionado do Ensino em Educação Física II – Universidade Tiradentes (UNIT). *E-mail:* [florize@globo.com](mailto:florize@globo.com)

\*\*\*Graduado em Educação Física 2009 – Universidade Tiradentes – UNIT. Prefeitura Municipal de Estância e Prefeitura Municipal de Boquim. *E-mail:* [rasobral@yahoo.com.br](mailto:rasobral@yahoo.com.br)

# INCLUSION IN THE APPROACHED SCHOOL SPACE FOR INSTITUTIONAL CULTURES IS PRACTICAL PEDAGOGIC

## ABSTRACT

Social inclusion is an including term, and for times of difficult debate, used in pertinent varied contexts to social, economic subjects, physics, and others. So much the inclusion as the exclusion can be seen in several atmospheres, cultures, it depends in the way that sees him the other and of the knowledge that we have on the difference of the another. We lived, today, under a paradox regarding the theme social inclusion, where the school conception for everybody, with the objective of democratizing the access to the basic education, rescuing the citizenship concept as axis to give direction of the educational and social practices, passes here to the reality of a school for few before the contributions presented, we saw that to real existent need is concerning the acceptance and to the professional unpreparedness to work with those specialties of people. It is waited through of that work that others can appear contributing with the enlargement of the education.

KEY WORDS: inclusion, institutional cultures, pedagogic actions.

## 1. INTRODUÇÃO

Inclusão social é um termo abrangente, e por vezes de difícil debate, utilizado em contextos variados pertinentes a questões sociais, econômicas, físicas, dentre outros. De modo geral, o termo é utilizado ao fazer referência à inclusão de indivíduos com algum tipo de deficiência, desde as escolas de ensino regular básico e ao mercado de trabalho, aos indivíduos considerados excluídos porque não possuem as mesmas oportunidades dentro da sociedade por diversos motivos, tais como: cultura, gênero, biótipo, etnia, sexualidade, religião, raça, condições sócio-econômicas, a falta de acesso às tecnologias, deficiências variadas, etc.

No entanto, existem muitas confusões no significado de inclusão e a quem se aplica. Ora ela é entendida como parte de uma luta a favor da construção de uma escola democrática e justa, que garanta acesso e permanência de seus alunos numa escola de qualidade, ora ela é limitada às discussões sobre a adaptação de certos grupos, em especial no sistema regular de ensino, como é o caso dos portadores de deficiência.

Tanto a inclusão quanto a exclusão pode ser vista em diversos ambientes, culturas, depende do modo que se vê o outro e do conhecimento que temos sobre a diferença do outro. Se este se encaixa na cultura que é predominante está incluído sem problemas na sociedade, caso contrário haverá, na maioria das vezes a exclusão.

Sendo a escola um ambiente onde busca a igualdade e a educação para todos, onde esta se fundamenta na garantia de direitos com qualidade social e que propicia e garante o egresso e a efetivação da permanência, aos que nela estão inseridos, tem-se como direito a democratização da educação básica, resgatando o conceito de cidadania, pondo esta como base das práticas educativas e sociais.

A exclusão é uma relação social, e não um estado ou posição ocupada na estrutura institucional de uma determinada sociedade. Dessa forma, os que estão excluídos do direito à educação não estão excluídos somente por permanecerem fora da escola, mas também por formarem parte de um conjunto de relações e circunstâncias que os afastam desse direito, negando ou atribuindo-lhes esse direito de forma restrita, condicionada ou subalternizada. (GENTILI, 2009, p.3)

Hoje se vive, sob um paradoxo referente ao tema inclusão social, onde a concepção de escola para todos, com o objetivo de democratizar o acesso à educação básica, resgatando o conceito de cidadania como eixo norteador das práticas educativas e sociais, passa à realidade de uma escola para poucos.

O direito à educação, como direito humano fundamental, ou pertence a todos ou não pertence a ninguém. E, se não pertence a ninguém, o princípio democrático sobre o qual se deve sustentar todo o projeto de sociedade igualitária e emancipada de poderes arbitrários e totalitários se enfraquece ou desaparece. (GENTILI, 2009, p.11)

Nesse artigo, pretende-se, após esse breve conceito sobre o que seja inclusão, discutir suas implicações no campo educacional no que diz respeito a dois aspectos principais: culturas institucionais e prática pedagógica. Percebe-se que, esses aspectos não extinguem a pluralidade de fatores envolvidos na elaboração de propostas inclusivas educacionais, e sim constituem fatores fundamentais a serem considerados, sob pena de colocar em risco o próprio processo inclusivo.

O presente artigo surge para mostrar a necessidade da existência de uma cultura inclusiva dentro da instituição assim como suas práticas pedagógicas.

Esta é uma pesquisa qualitativa do tipo bibliográfica. A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e textos. Esses constituem as fontes bibliográficas por

excelência. A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de que a mesma permite ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais amplos do que se poderia pesquisar diretamente. (GIL, 2002)

O trabalho consta das seguintes partes: no primeiro capítulo intitulado “Inclusão Discente e Capacitação Profissional”, abordando o papel dos professores e sua importância na educação e inclusão dos discentes especiais. O segundo capítulo intitula-se “Cultura Institucional,” ressalta tudo e todos que está inserido no meio escolar e a importância de cada um para a cultura da instituição. No terceiro capítulo, “Ações Pedagógicas” fala acerca do papel da instituição na busca de informar e propor meios para a inclusão e efetivação dos discentes portadores de algum tipo de deficiência, e algumas reflexões sobre o processo de exclusão na escola. O quarto capítulo, “Educação e Diversidade”, que relata a cerca do conceito de educação e a importância que ela possui em transmitir o combater as diferenças, levando assim ao respeito às adversidades. E finalizando com a conclusão.

## 2. INCLUSÃO DISCENTE E CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL

Segundo Mazzillo (2008) o termo Inclusão escolar não se restringe apenas aos portadores de necessidades educacionais especiais (NEE). A inclusão envolve as famílias, os docentes e a comunidade, não é restringido apenas aos discentes especiais, uma vez que almeja construir uma sociedade mais justa, igualitária e conseqüentemente mais humana.

O professor tem de assumir o papel de um agente transformador, promovendo o conhecimento de todos, construindo diferentes propostas educativas baseados na democracia e legitimidade de princípios, portanto é de suma importância que o professor conheça as divergências culturais que podem existir entre seus alunos, utilizando isso como subsídio de conhecimento disponível sobre a realidade e as coisas.

No ambiente institucional os professores são o elo entre os portadores de necessidades especiais e a educação e/ ou ensino, uma vez que tais profissionais convivem com esses discentes e tem por obrigação estarem preparados para atender suas necessidades, assim como saber suas capacidades, restrições, medos, dentre outros aspectos. No entanto esse aspecto só é possível em conjunto

com família e instituição, essa por sua vez deve proporcionar aos seus profissionais meios para que eles estejam aptos para o trabalho com os alunos especiais.

O princípio da inclusão é um processo educacional que busca atender a criança portadora de deficiência na escola ou na classe de ensino regular. Para que isso aconteça, é fundamental o suporte dos serviços da área de Educação Especial por meio de seus profissionais. A inclusão é um processo inacabado que ainda precisa ser frequentemente revisado. (MAZZILLO, 2008, p.27)

## 2.2 Cultura Institucional

A cultura pode ser tida como um elemento de exclusão e inclusão, que são constituídos a partir do olhar da sociedade ou do grupo onde o indivíduo está e vive. De acordo com Gusmão (200, p.92) Apud Santos (1989, p.73) “primeiramente fazemos parte de uma sociedade de classe (...), que se sustentam em classificações dadas a priori e naturalizadas como próprios deste ou daquele grupo”.

A cultura é o conjunto de características humanas, que se criam e se preservam ou aprimoram através da comunicação e cooperação entre indivíduos em sociedade. E está associada a uma capacidade de simbolização considerada própria da vida coletiva e que é à base das interações sociais.

Cultura institucional diz respeito a tudo que está incluído no meio escolar, as regras, racismos, os valores que são transmitidos, ou seja, tudo que a escola tem como projeto. “Sua cultura representa, neste sentido, tudo aquilo que expressa (palavras, documentos, práticas...) o seu pensar acerca da prática social à qual se propõe.” (SANTOS, 2002).

Para que haja uma verdadeira inclusão dentro de uma instituição, abrangendo assim sua cultura, é necessária uma ação em conjunto de pais, educadores, comunidade, funcionários para discutir e solucionar os problemas inter e extras institucionais.

Uma cultura institucional inclusiva parte do princípio de que todos são responsáveis pela vida da respectiva instituição e quaisquer problemas ali ocorridos são da responsabilidade de todos, e não apenas de uma pessoa ou de um ou de outro segmento da comunidade escolar. (SANTOS, 2002)

É de suma importância que as escolas estejam capacitadas para receber aquelas pessoas tidas como deficientes, e preferencialmente na rede regular de

ensino, conforme cita a atual LDB, nº 9394, de 20 de novembro de 1996, art.4º, parágrafo III promulga: “Atendimento educacional especializado e gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino”. No caminho para se construir espaços nas escolas para que os deficientes tenham acessos a ela e a todos os seus ambientes, reafirma-se a necessidade de igualdade de direitos a todas as pessoas, independentemente das diferenças existente nas mesmas.

As experiências de inclusão de alunos com deficiência em salas e escolas regulares neste país já permitem uma maior compreensão dos pressupostos e princípios necessários às possibilidades inclusivas bem como nos permite questionar o caso do Brasil (...), a inclusão por decreto pode continuar-se tão somente como discurso vazio ou, ainda, camuflador dos conflitos e interesses que envolvem a questão. (OLIVEIRA, 2002, p.32)

Todo trabalho parte de um planejamento institucional que envolve todos os setores educacionais, para que assim, possam construir um currículo voltado também para a inclusão dos alunos que necessitam de alguma atenção especial. Para que esse processo aconteça é necessário investimentos na capacitação de professores e funcionários, esclarecimentos para pais e comunidades que pode acontecer através de projetos, assim como investimentos em tecnologia específica e arquitetônicos dentro e fora da instituição. Tudo isso resultará em uma ação pedagógica inclusiva.

### 3. AÇÕES PEDAGÓGICAS

A efetivação das ações pedagógicas inclusivas não busca separar estruturas paralelas, uma para alunos regulares e outras para algum tipo de deficiência e/ou necessidade especial, mas sim a unificação desta. Faz-se necessário para isto uma preparação do meio escolar.

As diferenças humanas são normais e, por consequência, a aprendizagem pode ser adaptada às necessidades de cada um, em vez de cada um ser obrigado a adaptar-se as hipóteses estabelecidas quanto ao ritmo e natureza do processo de aprendizagem. (SILVA apud UNESCO, 1994)

A integração dos alunos por vezes segregados é de suma importância tanto para o crescimento dos mesmos quanto para o crescimento dos envolvidos no processo de inclusão, uma vez que há troca de aprendizagem.

Há diversas maneiras para que ações pedagógicas inclusivas sejam aplicadas, tais como buscar maior entendimento a respeito das necessidades educativas especiais e saber quem é o aluno com NEE; a metodologia aplicada para o ensinamento, o papel e lugar das políticas municipais ou estaduais em relação à inclusão, capacitação e dos recursos humanos. (OLIVEIRA; SÁ, 2008).

Visto todo o citado anteriormente percebe-se que as ações pedagógicas inclusivas dependem de todos os envolvidos com a educação desde a família e sociedade, a escola e órgãos responsáveis pela educação nacional.

### 3.1. Algumas Reflexões Sobre o Processo de Exclusão na Escola

A primeira reflexão é sobre a necessidade da quebra do tradicionalismo, padronizado e classificatório, ainda muito presente na sociedade, onde impõe um referencial de normalidade e tudo que não se pareça a este, é sujeito à pena de discriminação, e conseqüentemente, a exclusão; elas podem ser duras e explícitas, mais leves, porém não menos horripilantes, e também dissimuladas sob forma de comiseração, manifestando-se verbalmente como: “coitado”, “ele tem um defeito”, “o ceguinho”, entre outras expressões. Segundo Oliveira e Sá (2008, p.237) “os termos utilizados no grau diminutivo não devem deixar margem a qualquer ilusão: são o retrato da discriminação e do preconceito”.

A segunda reflexão é sobre a comparação feita entre deficiência e doença. Sabe-se que alunos portadores de deficiências de altas habilidades (ou distúrbio de conduta) apresentam necessidades educativas especiais (NEE), mas, considerá-los doentes ou incapazes à aprendizagem é um equívoco gravíssimo.

“É necessário entender que as diferenças geram necessidades educativas especiais, são diversidades que demandam recursos específicos e respostas educacionais deferentes. Para o seu melhor entendimento basta estabelecer diferenças entre os conceitos de normalidade e de desvio, de diferença e de desigualdade. (OLIVEIRA; SÁ, 2008, p.238)

Com isso devem-se apagar conceitos apresentados no cotidiano escolar como: aluno com déficit retarda, deficiência e outros mais, por alunos com NEE. De acordo com Oliveira e Sá (2008), estes conceitos ainda se ampliam de NEE para “necessidades excepcionais” como diz o estudo de NORWICH (apud MITTLER, 2003, p.33) que apresenta três tipos de necessidades:

As Necessidades Individuais que emergem das características que são únicas para a criança e diferentes para todas as outras; Necessidades excepcionais que emergem das características compartilhadas por alguns (impedimentos visuais, altas habilidades musicais); Necessidades comuns que emergem a partir de características compartilhadas por todos (as necessidades emocionais de pertencer e de se sentir na relação). (p.239)

Para que haja a inclusão de alunos portadores de NEE e assim poder atender os variados tipos apresentados anteriormente, foram criados três documentos de grande importância, onde apresentam as bases político-filosóficas das práticas inclusivas, maneira essa de, legalmente, fazer essa inclusão. São eles:

Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 1948, tem um princípio fundamental: a garantia da Educação para todos, indistintamente, quaisquer que sejam as suas origens ou condição social.

Convenção sobre os Direitos da Criança, datada de 20 de novembro de 1989, explicita os direitos dos portadores de necessidades educativas especiais, valorizados como indivíduos e como seres sociais. Garante-lhes, entre outras coisas, uma vida plena e decente, cuidados especiais (sempre que possível gratuito), levando-os a mais ampla integração social e ao desenvolvimento individual pleno.

Declaração de Salamanca, documento resultante da Conferência Mundial sobre Necessidades Especiais (1994), proclama o direito fundamental de todas as crianças, com as suas características peculiares, à Educação. Afirma, também, o direito das pessoas com necessidades educativas especiais à escola regular, que deverá integrá-las numa pedagogia adequada. (OLIVEIRA; SÁ, p.239 apud CARVALHO, 1997)

#### 4. EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE

A educação é tudo que é transmitido, aos que são menos experientes, buscando passar para esses o conhecimento sobre diversos assuntos, podendo assim ser em qualquer lugar a todo tempo, em casa, colégio, na rua ou em uma simples brincadeira. Na educação verifica-se que, existe a diversidade entre as culturas e a sociedade.

A diversidade espelha como parte das relações de poder envolve em todas as dimensões da vida no cotidiano e até mesmo onde se quer se pensa que ela exista. Conforme Gusmão (200, p.86) Apud Brandão (1986, p.7) “(...) mais que diferenças, o que está em jogo é a imensa diversidade que nos informa é o que nos constitui como sujeitos de uma relação de alteridade”.

Como foi citada anteriormente, a educação pode ser transmitida em diversos locais, porém da forma que essa educação é transmitida, pode influenciar na visão que a pessoa que está sendo educada terá em relação à diversidade, que nada mais é que diferença. Esta visão por sua vez pode ser de forma negativista ou positivista, aquele acontece quando na educação vêm introduzindo preconceitos em relação ao que não é comum, à diferença, como por exemplo, todo índio é preguiçoso, menina só brinca de boneca e menino só pode brincar de bola ou de carrinho. Essas visões de educação em relação à diversidade podem não significar nada demais, porém se esses conceitos forem enraizados pode vir a gerar preconceitos, contra o negro, índio, homossexual, entre outros grupos. Portanto a educação deve ser transmitida de forma que o conhecimento sobre a diversidade não seja paradigmaticamente, só assim haverá respeito às diferenças.

## 5. CONCLUSÃO

Diante dos aportes aqui apresentados, vimos que a real necessidade existente está no tocante à aceitação e ao despreparo profissional para lidar com essas especialidades de pessoas.

O que notamos também é a grande falta de estrutura da escola que irá receber esse tipo de aluno, pois vimos que de cultura diferente também surge um modelo diferente de educação, onde os docentes terão não só que se aperfeiçoar, mas também, trabalhar o lado valorativo dos alunos que ali estavam antes dessa mudança.

Com isso, esperamos que, através desse trabalho outros possam surgir e que venham a contribuir com o engrandecimento da educação.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GENTILI, Pablo. **O Direito à Educação e as Dinâmicas de Exclusão na América Latina**. Revista: Educação e Sociedade, versão ISSN 0101-7330. Edu. Soc.vol.30 nº109. Campinas, set./dez. 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas S.A, 2002.

GUSMÃO, Neusa Maria Mendes. **Diversidade e Educação Escolar**: os desafios da diversidade na escola. In: Diversidade, Cultura e Educação. São Paulo: UNICAMP. LDB, nº 9394, de 20 de novembro de 1996, art.4º, parágrafo II.I Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.cee.sc.gov.br/lei9394.htm>. Acesso em 06 jul. 2010.

MAZZILLO, Ida Beatriz Costa Velho. Inclusão Escolar: dissonância entre teoria e prática. In: ROSA, Suely P. da Silva; DELOU, Cristina Maria C.; OLIVEIRA, Eloíza da S. Gomes de. et al. **Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Inclusão**. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2008.

OLIVEIRA, Cristina Borges de. **Inclusão educacional**: intenções do projeto em curso. **Revista Brasileira de Ciência do Esporte**, v 23, n.2, p.31-42, jan 2002.

OLIVEIRA, Eloíza da S. Gomes de; SÁ, Márcia Souto M. Mourão. Atitudes e Técnicas Facilitadoras da Inclusão. In: ROSA, Suely P. da Silva; DELOU, Cristina Maria C.; OLIVEIRA, Eloíza da S. Gomes de. et al.. **Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Inclusão**. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2008.

SANTOS, Mônica Pereira dos. **Ressignificando a Escola na Proposta Inclusiva, 2002**. Disponível no site: <http://www.educacaoonline.pro.br/index.php/artigos>. Acesso em: 10 jul. 2010.

SILVA, Maria Odete Emygdio da. **Mestrado em Ciências da Educação**. 2009-10